

# Na próxima reunião CMN fixa pagamento a credores externos

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

Desde que as operações cambiais foram centralizadas, por decisão tomada no dia 30 de junho, o Banco Central só autorizou a liberação de pagamentos devidos aos credores governamentais, no âmbito do Clube de Paris e, mais recentemente, de algumas retenções atingidas pela medida da centralização cambial mas que foram revistas no último dia 11, conforme o comunicado do Departamento de Câmbio (Decam) nº 1.169. Isto equivale, no global, a desembolso de apenas US\$ 170 milhões até agora.

As liberações em atraso dos pagamentos que ficaram de fora da centralização a partir do dia 11 — envolvendo financiamento de importação de mais de 360 dias com recursos das linhas de curto prazo dos projetos 3 e 4, compromissos externos assumidos nos projetos de Itaipu e Carajás, pagamento de juros do "dinheiro novo" negociado no ano passado com bancos credores privados, além de "commercial papers" de empresas nacionais colocados no exterior — somaram cerca de US\$ 40 milhões, enquanto ao Clube de Paris o governo pagou até ontem o equivalente à sexta parte do montante de US\$ 819 milhões com desembolso previsto em 30 de junho e início de julho.

Os pagamentos dos atrasados aos credores do Clube de Paris estão sendo realizados aos poucos, na média de US\$ 30 milhões por dia, levando em conta um critério de exame na base do caso a caso. Todos os demais pagamentos, envolvendo a dívida externa brasileira, estão suspensos, com os cruzados novos originários das operações de fechamento de câmbio junto aos bancos comerciais ficando retidos no Banco Central.

## CMN

O governo pretende, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) marcada para amanhã, estabelecer algumas regras de prioridade para desembolsos de compromissos externos que serão administradas a partir de um patamar mínimo de reserva internacional, pelo conceito de caixa. Este nível, segundo indicações de técnicos da área financeira do governo, está em torno de US\$ 6 bilhões. A intenção é assegurar este valor em caixa e realizar pagamentos com o montante de divisas que entrar nas reservas acima do referencial.

O voto a ser encaminhado ao CMN prevê, de imediato, três prioridades para pagamentos externos das

operações que foram abrangidas pela centralização cambial do comunicado Decam Nº 1.166, de 30 de junho. São elas: o remanescente das retenções realizadas até o dia 11 e que envolvem justamente o rol de operações liberado pelo comunicado Decam 1.169 — são atingidos aqui os desembolsos de credores que foram negociados com cláusula de garantia de não retenção de parte do BC, como os juros do projeto do "dinheiro novo" —, os pagamentos aos credores do Clube de Paris e, em terceiro lugar, o pagamento aos organismos multilaterais de crédito, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A lista de prioridades deve reunir-se, por enquanto, a estes três tipos de compromissos.

A intenção do governo é, mais adiante, ampliar as regras com definição de critérios de pagamentos para outras operações.

## FINANCIAMENTOS

Um critério geral está sendo observado pelo governo para efetivar a retomada dos pagamentos externos: "Tudo depende do ingresso de novos financiamentos", avaliou, ontem, para este jornal uma conceituada fonte do governo. Essa posição está sendo colocada pelo negociador da dívida externa, ministro Sérgio Amaral, e pelo diretor da Área Externa do BC, Arnim Lore, nos encontros que realizam nos Estados Unidos com representantes dos credores.

Desde que foi acionado o sistema de centralização cambial, o País deixou de enviar para o exterior mais de US\$ 1 bilhão em pagamentos de compromissos que estavam previstos para este mês, sem contar aqui as remessas voluntárias de multinacionais, na forma de lucros e dividendos e da repatriação do capital estrangeiro.

Para estreitar o controle sobre o mercado de câmbio, o BC vai também propor ao Conselho Monetário Nacional (CMN), nesta quarta-feira, voto que reduz o limite de moeda estrangeira com o qual os bancos podem "dormir" em seu caixa de um dia para outro. Na posição "vendida", o limite hoje é de US\$ 7,5 milhões, enquanto na posição "comprada" o limite está fixado em US\$ 1,5 milhão.

A sugestão é nivelar os limites de ambas as posições, trazendo o valor para o patamar de US\$ 1,5 milhão também para quem fecha o dia com excesso de dólares em caixa. O que passar disso, terá de ser recolhido ao BC.